

# SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>7</b>
<b>PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>PREFÁCIO</b> .....	<b>11</b>
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> .....	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1 - A CONSTITUIÇÃO</b> .....	<b>46</b>
1. Constituição .....	46
1.1. Definição e Conceito .....	46
1.2. Sentidos de Constituição .....	48
1.2.1. Instrumental .....	48
1.2.2. Histórico .....	48
1.2.3. Formal .....	49
1.2.4. Material .....	50
1.2.5. Sociológico (ou Real) .....	50
1.2.6. Político (ou Decisionista) .....	52
1.2.7. Jusnaturalista .....	52
1.2.8. Jurídico-Positivista (ou apenas Jurídico) .....	53
1.2.9. Total .....	55
1.2.10. Jurídico-Normativista .....	56
1.2.11. Integracionista .....	56
1.2.12. Culturalista .....	57
1.2.13. Pluridimensional ou Compósita .....	57
1.3. Classificação das Constituições .....	59
1.3.1. Quanto à forma .....	59
1.3.2. Quanto à origem .....	59
1.3.3. Quanto à estabilidade do texto .....	60
1.3.4. Quanto à extensão .....	61
1.3.5. Quanto à ontologia .....	61
1.3.6. Quanto à finalidade .....	61
1.3.7. Quanto aos compromissos axiológicos .....	62
1.3.8. Quanto à permanência .....	62
1.3.9. Quanto ao sistema .....	62
1.3.10. Quanto ao papel das Constituições em relação ao restante do Ordenamento .....	63

1.3.11.	Quanto à autonomia .....	63
1.3.12.	Balanco Teórico sobre a Constituição Federal de 1988 .....	64
1.4.	Tipologia Constitucional .....	65
1.4.2.	Constituição Simbólica .....	66
1.4.3.	Constituição Moralmente Reflexiva .....	67
1.4.4.	Constituição Austeritária e Constituição Dirigente Invertida .....	69
1.4.5.	Constituição Plástica .....	70
1.4.6.	Constituição em Branco .....	71
1.4.7.	Constituição Dúctil (Flexível ou Maleável) .....	71
1.4.8.	Constituição.com (ou Crowdsourced Constitution) .....	71
1.4.9.	Constituição Subconstitucional .....	72
1.4.10.	Lei Constitucional .....	72
1.4.11.	Lei Fundamental .....	72
1.4.12.	Constituição Expansiva .....	72
1.4.13.	Constituição Silenciosa (ou fixa) .....	73
1.4.14.	Constituição Horizontal .....	73
1.4.15.	Constituição Invisível .....	74
1.5.	Elementos de uma Constituição .....	75
1.5.1.	Elementos Orgânicos .....	75
1.5.2.	Elementos Limitativos .....	76
1.5.3.	Elementos Socioideológicos .....	76
1.5.4.	Elementos de Estabilização Constitucional .....	76
1.5.5.	Elementos Formais de Aplicabilidade .....	76
1.6.	Bloco de Constitucionalidade .....	76
1.7.	Supremacia da Constituição .....	77
1.8.	Sistema Constitucional e a Constituição como Acoplamento Estrutural .....	78
1.9.	Sentimento Constitucional .....	79
1.10.	Patriotismo Constitucional .....	79
<b>CAPÍTULO 2 - O CONSTITUCIONALISMO .....</b>		<b>84</b>
2.	Constitucionalismo e História Constitucional Brasileira .....	84
2.1.	Conceito .....	84
2.2.	Evolução do Constitucionalismo .....	85
2.2.1.	Antigo .....	85
2.2.2.	Medieval (?) .....	86
2.2.3.	Moderno (Liberal) .....	89
2.2.3.1.	Constitucionalismo Inglês (1ª Fase) .....	89
2.2.3.2.	Constitucionalismo Americano e Francês (2ª Fase) .....	91
2.2.4.	Social .....	94
2.2.5.	Contemporâneo (Neoconstitucionalismo) .....	95
2.2.6.	Constitucionalismo do Futuro .....	98
2.3.	Transconstitucionalismo .....	99
2.4.	Constitucionalismo Societal: entre Fragmentos de Constituição e um novo tipo de Constitucionalismo Sem Constituição em um regime de Governança Global .....	100
2.5.	Constitucionalismo Abusivo .....	103
2.6.	Novo Constitucionalismo Latino-Americano (Constitucionalismo Andino ou Constitu- cionalismo Indígena) .....	104
2.7.	Constitucionalismo Descolonial .....	106

2.8.	Constitucionalismo Negro .....	108
2.9.	Constitucionalismo Feminista .....	112
2.9.1.	Premissas Metodológicas .....	112
2.9.2.	Premissas Dogmático Normativas .....	113
2.9.3.	Gênero e o STF .....	114
2.10.	História Constitucional Brasileira .....	114
<b>CAPÍTULO 3 – A FILOSOFIA CONSTITUCIONAL .....</b>		<b>130</b>
3.	Filosofia da Constituição .....	130
3.1.	Filosofia Antiga e Constitucionalismo .....	130
3.1.1.	Os Sofistas .....	131
3.1.2.	Os Idealistas .....	133
3.1.3.	Os Romanos .....	141
3.2.	Filosofia Medieval e Constitucionalismo .....	143
3.2.1.	Santo Agostinho .....	145
3.2.2.	João de Salisbury .....	148
3.2.3.	São Tomás de Aquino .....	149
3.2.4.	João Duns Escoto .....	155
3.2.5.	Guilherme de Ockham .....	157
3.3.	Filosofia Moderna e Constitucionalismo .....	159
3.3.1.	Primeira Fase da Modernidade (O Estado Absolutista) .....	161
3.3.1.1.	Maquiavel .....	161
3.3.1.2.	Jean Bodin .....	163
3.3.1.3.	Thomas Hobbes .....	166
3.3.2.	Segunda Fase da Modernidade (O Iluminismo e o Estado de Direito) .....	169
3.3.2.1.	Hugo Grotius .....	171
3.3.2.2.	John Locke .....	173
3.3.2.3.	Montesquieu .....	182
3.3.2.4.	Rousseau .....	183
3.3.2.5.	Kant .....	186
3.4.	Filosofia Oitocentista e Constitucionalismo: Transição para a Contemporaneidade .....	195
3.4.1.	Hegel .....	195
3.4.2.	Utilitarismo .....	204
3.4.2.1.	Jeremy Bentham .....	204
3.4.2.2.	John Stuart Mill .....	207
3.4.2.3.	O Contraste entre o Utilitarismo e a Filosofia Moral Kantiana com reflexos no atual cenário Constitucional .....	209
3.4.2.4.	Balanço Crítico sobre o Utilitarismo .....	210
3.4.3.	Filosofia Social e Constitucionalismo .....	211
3.4.3.1.	Pierre-Joseph Proudhon .....	211
3.4.3.2.	Karl Marx .....	214
3.4.3.3.	Constitucionalismo Socialista e Constitucionalismo Social .....	220
3.5.	Filosofia Contemporânea e Constitucionalismo .....	221
3.5.1.	Filosofia Relativista do Positivismo .....	222
3.5.1.1.	Positivismo Científico de Kelsen e a Constituição .....	223
3.5.1.2.	Positivismo de Hart .....	228
3.5.2.	Liberalismo Igualitário .....	229
3.5.2.1.	Posição Original e Véu da Ignorância .....	230
3.5.2.2.	Justiça como Equidade: Liberdade e Igualdade .....	231

3.5.2.3.	A Igualdade em Rawls: retomando Aristóteles e fundamentando as ações afirmativas dos dias atuais .....	233
3.5.3.	Filosofia Moral .....	234
3.5.3.1.	As Relações com John Rawls .....	236
3.5.3.2.	Dworkin e o Pós-Positivismo .....	237
3.5.3.3.	A crítica de Dworkin à discricionariedade forte do positivismo e a sua própria discricionariedade pós-positivista: debates no contexto do ativismo judicial .....	237
3.5.4.	Libertarianismo .....	238
3.5.5.	Comunitarismo .....	239
3.5.6.	Republicanismo .....	241
3.5.7.	Minimalismo Judicial .....	243
3.5.8.	Constitucionalismo Popular .....	244
3.5.9.	Pragmatismo .....	245
3.5.10.	Constituição do Risco e Virada Institucional .....	247
3.5.11.	Constitutional Choices .....	249
3.5.12.	A Teoria dos Sistemas Sociais e a Constituição como Acoplamento Estrutural .....	250
3.6.	Grandes Temas da Filosofia Política Constitucional Atual .....	252
3.6.1.	Visões Parcelares do Fenômeno Político-Constitucional .....	252
3.6.2.	Procedimentalismo e Substancialismo .....	252
3.6.3.	Jurisdição e Política Constitucional .....	255
<b>CAPÍTULO 4 – PODER CONSTITUINTE .....</b>		<b>258</b>
4.	Poder Constituinte .....	258
4.1.	Teoria do Poder Constituinte e o Constitucionalismo .....	258
4.2.	Teoria do Poder Constituinte de Sieyès .....	259
4.3.	Natureza do Poder Constituinte .....	262
4.4.	Titularidade do Poder Constituinte .....	263
4.5.	Legitimidade do Poder Constituinte .....	264
4.6.	Espécies de Poder Constituinte .....	266
4.7.	Poder Constituinte Originário (Genuíno ou de 1º Grau) .....	267
4.8.	Poder Constituinte Derivado (Constituído, Instituído, Secundário, de 2º Grau, Remanescente) .....	268
4.8.1.	Poder Constituinte Derivado Reformador .....	268
4.8.2.	Poder Constituinte Derivado Decorrente .....	269
4.8.3.	Poder Constituinte Derivado Revisor .....	270
4.9.	Poder Constituinte Difuso .....	270
4.10.	Poder Constituinte Supranacional .....	272
4.11.	Poder Constituinte Híbrido .....	272
4.12.	Bootstrapping .....	273
4.13.	Hiato constitucional .....	274
4.14.	Bloqueios ao Poder Constituinte do Povo .....	274
4.15.	Crise Constitucional e Crise Constituinte .....	275
4.16.	Nova Constituição e Regime Jurídico Anterior .....	276
4.16.1.	Recepção .....	276
4.16.2.	Repristinação .....	277
4.16.3.	Desconstitucionalização .....	277
4.16.4.	Graus de Retroatividade das Normas Constitucionais .....	277

<b>CAPÍTULO 5 – MODIFICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO .....</b>	<b>284</b>
5. Modificação da Constituição .....	284
5.1. Noções Iniciais .....	284
5.2. Espécies de Modificações da Constituição .....	286
5.3. Mutação Constitucional .....	286
5.3.1. Conceito .....	286
5.3.2. Força criadora .....	286
5.3.3. Características .....	287
5.3.4. Mecanismos de Manifestação das Mutações Constitucionais .....	287
5.3.5. Espécies .....	288
5.3.6. Efeitos Esperados .....	288
5.3.7. Limites .....	289
5.3.8. Mutações Constitucionais Inconstitucionais .....	289
5.3.9. Mutações Constitucionais no STF .....	290
5.4. Revisão Constitucional .....	292
5.5. Emenda à Constituição .....	293
5.5.1. Conceito .....	293
5.5.2. Limitações .....	294
5.5.3. Hierarquia .....	297
5.5.4. Controle do Processo .....	298
5.5.5. Reforma da Constituição Estadual .....	298
 <b>CAPÍTULO 6 – NORMAS CONSTITUCIONAIS .....</b>	 <b>303</b>
6. Normas Constitucionais .....	303
6.1. Das Normas Jurídicas às Normas Constitucionais .....	303
6.2. Características das Normas Constitucionais .....	307
6.3. Evolução Histórica das Normas Constitucionais .....	308
6.3.1. Fase das Constituições como Declarações Políticas .....	308
6.3.2. Fase das Cartas Liberais .....	308
6.3.3. A Fase da Programaticidade .....	309
6.3.4. A Normatividade das Constituições .....	310
6.4. Neoconstitucionalismo e Pós-Positivismo: a resignificação do conceito de norma .....	310
6.4.1. Relação entre Direito e Moral .....	310
6.4.2. A distinção entre Regras e Princípios .....	312
6.5. A estrutura das normas constitucionais na contemporaneidade .....	313
6.5.1. O Grau de Possibilidade de Realização .....	314
6.5.2. A Forma do Caráter Mandamental .....	315
6.5.3. A Forma de Resolução de Conflitos .....	315
6.5.4. A Aproximação de Conteúdos Axiológicos .....	315
6.6. Críticas a uma distinção forte entre princípios e regras .....	316
6.6.1. Incompatibilidade com o Conceito Semântico de Norma .....	316
6.6.2. Incompreensão Hermenêutica .....	317
6.6.3. Retrocesso na Conceituação de Regra .....	319
6.6.4. Autocontradição no que tange à noção de Otimização .....	320
6.7. Outras espécies estruturais de normas constitucionais .....	321
6.7.1. Políticas .....	321
6.7.2. Postulados .....	321
6.8. Princípios Constitucionais .....	322

6.8.1.	Evolução do conceito .....	322
6.8.2.	Multifuncionalidade e a Força Normogenética dos Princípios .....	323
6.8.3.	Colisão entre Princípios .....	324
6.8.4.	Colisão entre Princípios e Regras? .....	325
6.9.	Classificações dos Princípios Constitucionais .....	327
6.9.1.	Classificação de José Afonso da Silva .....	327
6.9.2.	Classificação de Canotilho .....	328
6.9.3.	Classificação de Luís Roberto Barroso .....	328
6.9.4.	Princípios Constitucionais de Limitação do Poder Constituinte Decorrente de Pontes de Miranda .....	329
6.10.	Existência e Validade das Normas Constitucionais e das Normas Infraconstitucionais para com a Constituição .....	330
6.10.1.	Existência .....	331
6.10.2.	Validade .....	332
6.10.3.	Vigência e Vacatio Constitutionis .....	333
6.11.	Aplicabilidade vs. Efetividade das Normas Constitucionais .....	334
6.11.1.	Princípio da Máxima Efetividade da Constituição .....	335
6.11.2.	Síndrome da Inefetividade das Normas Constitucionais .....	335
6.12.	Teoria da Aplicabilidade das Normas Constitucionais .....	336
6.12.1.	Antecedentes Históricos: Normas Executing e Not Self-Executing .....	336
6.12.2.	Classificação de Manoel Gonçalves Ferreira Filho .....	337
6.12.3.	Classificação de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres Britto .....	337
6.12.4.	Classificação de Uadi Lammêgo Bulos .....	338
6.12.5.	Classificação de José Afonso da Silva .....	338
6.12.5.1.	Classificação .....	338
6.12.5.2.	Méritos da Teoria .....	339
6.12.5.3.	Críticas à Teoria .....	340
6.12.6.	Classificação de Maria Helena Diniz .....	340
6.13.	Normas Constitucionais Inconstitucionais .....	341
6.14.	Normas Constitucionais Não Escritas .....	342
6.15.	Conflitos entre Normas Constitucionais .....	343
6.15.1.	Proporcionalidade .....	343
6.15.2.	Razoabilidade .....	344
6.15.3.	Ponderação .....	345
6.15.4.	Concordância ou Harmonização Prática .....	346

## **CAPÍTULO 7 - HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL ..... 351**

7.	Hermenêutica Constitucional .....	351
7.1.	Breve História da Hermenêutica Jurídica .....	351
7.1.1.	Hermenêutica na Idade Média .....	351
7.1.2.	O Início da Racionalidade Hermenêutica .....	351
7.2.	Conceitos Básicos .....	354
7.2.1.	Hermenêutica .....	354
7.2.2.	Interpretação .....	354
7.2.3.	Integração .....	355
7.2.4.	Aplicação .....	356
7.2.5.	Concretização .....	356
7.3.	O que é interpretar? .....	357

7.3.1.	O conceito semântico de norma: texto normativo versus norma .....	357
7.3.2.	Norma como Atribuição de Sentido .....	358
7.4.	Interpretação Jurídica Clássica e Constituição .....	358
7.4.1.	Gramatical .....	359
7.4.2.	Lógico .....	361
7.4.3.	Sistemático .....	362
7.4.4.	Histórico .....	363
7.4.4.1.	Interpretativismo versus Não Interpretativismo .....	364
7.4.4.2.	Living Constitution .....	367
7.4.4.3.	Para além do Interpretativismo e Não Interpretativismo .....	367
7.4.5.	Teleológico .....	368
7.4.6.	Sociológico .....	369
7.4.7.	Popular .....	371
7.5.	Crise da Interpretação do Positivismo .....	371
7.5.1.	Método Voluntarista do positivismo: a Teoria da Moldura de Kelsen .....	372
7.5.2.	Crise dos Paradigmas Filosóficos do Objetivismo e do Subjetivismo .....	374
7.6.	Crise da Hermenêutica Jurídica Clássica; Reviravolta Linguística; Hermenêutica Filosófica e Pós-Positivismo: o nascimento de uma Nova Hermenêutica Constitucional .....	376
7.6.1.	Crise da Hermenêutica Jurídica Clássica .....	376
7.6.2.	Filosofia da Linguagem .....	377
7.6.3.	Nova Hermenêutica Constitucional .....	382
7.7.	Hermenêutica Especificamente Constitucional .....	385
7.8.	Princípios Específicos da Nova Interpretação Constitucional .....	387
7.8.1.	Princípio da Unidade da Constituição .....	387
7.8.2.	Princípio do Efeito Integrador .....	389
7.8.3.	Princípio da Força Normativa .....	391
7.8.4.	Princípio da Máxima Efetividade .....	392
7.8.5.	Princípio da Justeza ou da Conformidade Funcional .....	393
7.8.6.	Princípio da Interpretação Conforme a Constituição .....	394
7.8.7.	Princípio da Presunção da Constitucionalidade das Leis .....	394
7.8.8.	Princípio da Concordância Prática ou da Harmonização .....	396
7.8.9.	Princípio da Razoabilidade .....	398
7.8.10.	Princípio da Proporcionalidade .....	399
7.8.11.	Princípio das Razões Públicas .....	403
7.8.12.	Princípio do Cosmopolitismo .....	405
7.9.	Métodos da Nova Hermenêutica Constitucional .....	406
7.9.1.	Método Jurídico Clássico .....	407
7.9.2.	Método Tópico-Problemático .....	407
7.9.3.	Método Científico-Espiritual .....	408
7.9.4.	Método Hermenêutico-Concretizador .....	408
7.9.5.	Método Normativo Estruturante .....	409
7.9.6.	Método da Comparação Constitucional .....	410
7.9.7.	A Revolta contra o Método .....	411
7.10.	Teoria da Argumentação Jurídica .....	412
7.11.	Derrotabilidade e o “Pensamento Jurídico do Possível” .....	415
7.12.	Síndrome da Retrospectividade da Interpretação Constitucional .....	417
7.13.	Quem é o intérprete da Constituição? .....	417

<b>CAPÍTULO 8 - CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE .....</b>	<b>427</b>
8. Fundamentos do Controle de Constitucionalidade .....	427
8.1. Noções Iniciais .....	427
8.2. Pressupostos do Controle de Constitucionalidade .....	428
8.2.1. Teoria do Poder Constituinte .....	428
8.2.2. Rigidez Constitucional .....	429
8.2.3. Supremacia da Constituição .....	430
8.2.4. Constituição Formal e Material .....	431
8.2.5. Unidade Normativa .....	432
8.3. Fenômeno da Inconstitucionalidade .....	432
8.3.1. Planos de Existência, Validade e Eficácia das normas .....	432
8.3.2. Nulidade ou Anulabilidade .....	434
8.3.3. Teoria da Anulabilidade e Eficácia .....	435
8.3.4. Efeitos da Decisão Inconstitucional .....	436
8.4. Controle de Constitucionalidade versus Jurisdição Constitucional .....	436
8.5. O surgimento do Controle de Constitucionalidade nos Estados Unidos .....	437
8.5.1. Contexto histórico .....	437
8.5.2. O Caso Marbury versus Madison (The Case of the Midnight Judges) .....	438
8.5.3. O Julgamento do Caso e suas Consequências .....	439
8.5.4. Críticas ao caso por Laurence Tribe .....	440
8.6. O Modelo do Controle de Constitucionalidade de Hans Kelsen .....	440
8.6.1. Kelsen versus Carl Schmitt: Quem deve ser o guardião da Constituição? .....	440
8.6.2. As contribuições de Kelsen .....	442
8.6.3. O modelo austríaco .....	443
8.6.4. Marshall versus Kelsen .....	444
8.6.5. O STF é um Tribunal Constitucional? .....	444
8.7. Tipos de Inconstitucionalidade .....	445
8.7.1. Formal e Material .....	445
8.7.2. Por Vício de Decoro Parlamentar .....	446
8.7.3. Ação ou Omissão .....	447
8.7.4. Originária e Superveniente .....	447
8.7.5. Total e Parcial .....	448
8.7.6. Direta e Indireta .....	448
8.7.7. Por Arrastamento (Consequência ou Por Atração) .....	449
8.7.8. Progressiva .....	449
8.7.9. Chapada (ou Desvairada) .....	450
8.7.10. Circunstancial .....	450
8.7.11. Inconstitucionalidade Branca .....	451
8.8. Controle de Constitucionalidade e Teoria da Recepção .....	451
8.9. O Efeito da Incompatibilidade de Normas Anteriores com a Nova Constituição .....	452
8.10. Parâmetro e objeto de controle .....	453
8.10.1. Parâmetro de Controle de Constitucionalidade .....	453
8.10.2. Normas Já Revogadas e Normas de Eficácia Exaurida podem ser parâmetro de Controle de Constitucionalidade? .....	454
8.10.3. Normas Constitucionais Interpostas .....	455
8.10.4. Objeto do Controle de Constitucionalidade .....	456
8.11. Estado de Coisas Inconstitucional .....	456
8.12. Stare Decisis .....	462

8.13. Modelos de Controle de Constitucionalidade .....	463
8.13.1. Quanto à Natureza do Órgão de Controle (ou Quanto ao Sistema) .....	463
8.13.2. Quanto ao Momento do Controle .....	464
8.13.3. Quanto ao Órgão Judicial de Controle .....	465
8.13.4. Quanto à Cognição Fática .....	465
8.13.5. Quanto à Forma (Ou Modo) de Controle .....	467
8.13.6. Quanto à Finalidade de Controle .....	467
8.13.7. Quanto à Prevalência do Controle (Mark Tushnet) .....	468
8.13.8. Controle de Constitucionalidade por Elevação de Causa .....	469
8.14. Controle de Constitucionalidade pelo mundo .....	469
8.14.1. Reino Unido .....	470
8.14.2. França .....	471
8.14.3. Suíça .....	472
8.14.4. Portugal .....	472
8.14.5. Alemanha .....	473
8.15. História do Controle de Constitucionalidade no Brasil .....	473
8.15.1. Constituição de 1824 .....	474
8.15.2. Constituição de 1891 .....	474
8.15.3. Constituição de 1934 .....	474
8.15.4. Constituição de 1937 .....	475
8.15.5. Constituição de 1946 .....	475
8.15.6. Constituições de 1967 e de 1969 .....	476
8.15.7. Constituição de 1988 .....	476
8.16. Modelo de Controle de Constitucionalidade na Carta de 1988 .....	476
8.16.1. Características do modelo de Controle de Constitucionalidade na Carta de 1988 ....	476
8.16.2. Inovações Introduzidas no Sistema de Controle de Constitucionalidade pela Constituição Federal de 1988 .....	480
8.16.3. Informações Prefaciais Adicionais sobre o Sistema Judicial de Controle de Constitucionalidade na CF/88 .....	481
8.16.4. Atuação do Executivo no Controle de Constitucionalidade na CF/88 .....	481
8.16.4.1. O Poder de Veto .....	481
8.16.4.2. Possibilidade de Descumprimento da Lei Inconstitucional .....	482
8.16.4.3. Possibilidade de propor Ação Direta .....	484
8.16.5. Atuação do Legislativo no Controle de Constitucionalidade na CF/88 .....	484
8.16.5.1. Comissões no Processo Legislativo .....	484
8.16.5.2. Análise do Veto Presidencial .....	485
8.16.5.3. Sustação de Ato Normativo do Executivo (Veto Legislativo) .....	485
8.16.5.4. Expansão da Decisão do STF em sede de Controle Difuso de Constitucionalidade .....	487
8.16.5.5. Juízo acerca das Medidas Provisórias .....	490
8.16.5.6. Controle das Finanças e dos Orçamentos Públicos: O Controle de Constitucionalidade pelo Tribunal de Contas .....	490
8.16.5.7. Possibilidade de propor Ação de Controle Concentrado .....	494
8.17. Backlash: reação social e política. Contornos jurídicos na CF/88 .....	494
8.17.1. Conceito e Exemplos .....	494
8.17.2. Espécies .....	495
8.17.3. Formas de Realização .....	495
8.17.4. Perspectivas .....	495
8.17.5. Exemplos no Brasil e Efeitos Jurídicos .....	497

8.18.	Controle de Constitucionalidade Difuso .....	501
8.18.1.	Controle Difuso e Controle Concreto: proximidades e diferenças .....	501
8.18.2.	Legitimados .....	502
8.18.3.	Competência .....	504
8.18.4.	Parâmetro e Objeto .....	504
8.18.5.	Questão Prejudicial .....	505
8.18.6.	Controle Difuso de Constitucionalidade nos Tribunais .....	505
8.18.6.1.	Incidente de Inconstitucionalidade nos Tribunais segundo o CPC/15 .....	506
8.18.6.2.	Procedimento .....	506
8.18.6.3.	Cláusula de Reserva de Plenário .....	507
8.18.7.	Controle Difuso de Constitucionalidade no STF .....	511
8.18.8.	Efeitos da Decisão .....	512
8.18.8.1.	No Judiciário: inter partes e ex tunc (regra) .....	512
8.18.8.2.	No Senado Federal: erga omnes e ex nunc (exceção) .....	513
8.18.8.3.	Exceções ao controle ex tunc (modulação dos efeitos) .....	513
8.18.8.4.	Exceção ao Efeito Inter Partes .....	515
8.18.8.5.	Condições para a modulação .....	517
8.18.9.	Papel do Senado no Controle Difuso de Constitucionalidade .....	518
8.18.10.	Abstrativização (ou objetivação) do Controle Difuso de Constitucionalidade .....	519
8.18.11.	Efeitos Transcendentes das decisões do STF em Recurso Extraordinário (RE) .....	520
8.18.12.	Mandado de Injunção .....	522
8.18.12.1.	Objeto .....	522
8.18.12.2.	Legitimados .....	523
8.18.12.3.	Efeitos da Decisão (Teorias) .....	524
8.18.12.4.	Mandado de Injunção (MI) versus Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADI-O) .....	526
8.18.13.	O Controle de Constitucionalidade na Ação Civil Pública (ACP) .....	526
8.18.14.	A Coisa Julgada Inconstitucional e meios de impugnação .....	527
8.18.14.1.	Impugnação de Título Executivo .....	527
8.18.14.2.	Ação Rescisória .....	528
8.18.14.3.	Querela Nulitatis .....	532
8.19.	Controle de Constitucionalidade Concentrado .....	533
8.19.1.	Controle Concentrado e Controle Abstrato: proximidades e diferenças .....	533
8.19.2.	Processo Objetivo .....	535
8.19.2.1.	Princípios .....	535
8.19.2.2.	Características .....	536
8.19.3.	Espécies de Ações de Controle Concentrado de Constitucionalidade .....	537
8.19.4.	Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) .....	537
8.19.4.1.	Noções Iniciais .....	537
8.19.4.2.	Competência .....	538
8.19.4.3.	Legitimidade .....	538
8.19.4.3.1.	Detalhamento dos Legitimados Ativos .....	538
8.19.4.3.2.	Graus de Amplitude da Legitimidade Ativa .....	542
8.19.4.3.3.	Capacidade Postulatória .....	543
8.19.4.4.	Parâmetro e Objeto .....	544
8.19.4.4.1.	Decretos .....	546
8.19.4.4.2.	Leis e atos de efeitos concretos .....	547
8.19.4.4.3.	Deliberação Administrativa de Tribunal .....	549
8.19.4.5.	Procedimento .....	550
8.19.4.5.1.	Ajuizamento da Petição Inicial – 1ª Fase .....	550

8.19.4.5.2. Juízo de Prelibação e Providências Iniciais – 2ª Fase .....	551
8.19.4.5.3. Defesa e Instrução – 3ª Fase .....	551
8.19.4.5.4. Julgamento – 4ª Fase .....	552
8.19.4.6. Atuação do Ministério Público .....	552
8.19.4.7. Atuação do Advogado-Geral da União .....	552
8.19.4.8. Abertura do Processo Objetivo à Participação Social .....	553
8.19.4.9. Atuação do Amicus Curiae e outras formas de abertura processual .....	554
8.19.4.9.1. O Amicus Curiae no Controle Difuso de Constitucionalidade .....	557
8.19.4.9.2. Outras formas de Abertura Processual .....	558
8.19.4.10. Medida Cautelar .....	559
8.19.4.10.1. Efeitos .....	560
8.19.4.10.2. Efeito Repristinatório .....	560
8.19.4.10.3. Repristinação versus Efeito Repristinatório .....	560
8.19.4.11. Efeitos das Decisões .....	562
8.19.4.12. Técnicas de Decisão .....	568
8.19.4.13. Técnicas Especiais de Decisões .....	571
8.19.5. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADI-O) .....	574
8.19.5.1. Noções Iniciais .....	574
8.19.5.2. Competência .....	575
8.19.5.3. Legitimidade .....	575
8.19.5.4. Parâmetro e Objeto .....	576
8.19.5.5. Procedimento .....	577
8.19.5.5.1. Ajuizamento da Petição Inicial – 1ª Fase .....	577
8.19.5.5.2. Juízo de Prelibação e Providências Iniciais – 2ª Fase .....	578
8.19.5.5.3. Defesa e Instrução – 3ª Fase .....	579
8.19.5.5.4. Julgamento – 4ª Fase .....	579
8.19.5.6. Atuação do Ministério Público .....	580
8.19.5.7. Atuação do Advogado-Geral da União .....	580
8.19.5.8. Abertura do Processo da ADI-O à Participação Social .....	580
8.19.5.9. Atuação do Amicus Curiae e outras formas de abertura processual .....	581
8.19.5.10. Medida Cautelar .....	581
8.19.5.11. Efeitos das Decisões .....	582
8.19.5.12. ADI-O versus Mandado de Injunção .....	583
8.19.5.13. ADI-O nos Tribunais de Justiça .....	584
8.19.6. Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) .....	584
8.19.6.1. Noções Iniciais .....	584
8.19.6.2. Fundamentos .....	584
8.19.6.3. Competência .....	584
8.19.6.4. Legitimidade .....	585
8.19.6.5. Parâmetro e Objeto .....	585
8.19.6.6. Procedimento .....	586
8.19.6.6.1. Ajuizamento da Petição Inicial – 1ª Fase .....	586
8.19.6.6.2. Juízo de Prelibação e Providências Iniciais – 2ª Fase .....	586
8.19.6.6.3. Defesa e Instrução – 3ª Fase .....	587
8.19.6.6.4. Julgamento – 4ª Fase .....	587
8.19.6.7. Atuação do Ministério Público .....	587
8.19.6.8. Atuação do Advogado-Geral da União .....	587
8.19.6.9. Abertura do Processo da ADC à Participação Social .....	588
8.19.6.10. Atuação do Amicus Curiae e outras formas de abertura processual .....	588
8.19.6.11. Medida Cautelar .....	589

8.19.6.12. Efeitos das Decisões .....	589
8.19.6.13. ADC nos Tribunais de Justiça .....	589
8.19.7. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (ADI Interventiva) ou Representação Interventiva .....	589
8.19.7.1. Noções Iniciais: A Intervenção Federal .....	589
8.19.7.2. Competência .....	593
8.19.7.3. Legitimidade .....	594
8.19.7.4. Parâmetro e Objeto .....	594
8.19.7.5. Procedimento .....	595
8.19.7.5.1. Ajuizamento da Petição Inicial – 1ª Fase .....	595
8.19.7.5.2. Juízo de Prelibação e Providências Iniciais – 2ª Fase .....	595
8.19.7.5.3. Defesa e Instrução – 3ª Fase .....	596
8.19.7.5.4. Julgamento – 4ª Fase .....	596
8.19.7.6. Atuação do Ministério Público .....	597
8.19.7.7. Atuação do Advogado-Geral da União .....	598
8.19.7.8. Medida Cautelar .....	598
8.19.7.9. Efeitos das Decisões .....	598
8.19.7.10. ADI Interventiva nos Tribunais de Justiça .....	599
8.19.8. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) .....	600
8.19.8.1. Noções Iniciais .....	600
8.19.8.2. Histórico .....	601
8.19.8.3. Natureza Jurídica .....	601
8.19.8.4. Espécies .....	601
8.19.8.5. Competência .....	602
8.19.8.6. Legitimidade .....	602
8.19.8.7. Parâmetro e Objeto .....	603
8.19.8.8. Condições Específicas .....	608
8.19.8.9. Procedimento .....	609
8.19.8.9.1. Ajuizamento da Petição Inicial – 1ª Fase .....	609
8.19.8.9.2. Juízo de Prelibação e Providências Iniciais – 2ª Fase .....	611
8.19.8.9.3. Defesa e Instrução – 3ª Fase .....	611
8.19.8.9.4. Julgamento – 4ª Fase .....	612
8.19.8.10. Atuação do Ministério Público .....	614
8.19.8.11. Atuação do Advogado-Geral da União .....	614
8.19.8.12. Abertura do Processo da ADPF à Participação Social .....	614
8.19.8.13. Atuação do Amicus Curiae e outras formas de abertura processual .....	614
8.19.8.14. Medida Cautelar .....	615
8.19.8.15. Efeitos das Decisões .....	615
8.19.8.15.1. Sobre o efeito Ex Tunc de Atos Pré-Constitucionais .....	616
8.19.8.15.2. Possibilidade de Modulação dos Efeitos da Decisão .....	616
8.19.8.16. Estudo de alguns casos paradigmáticos no STF .....	616
8.19.8.16.1. ADPF nº. 45 .....	616
8.19.8.16.2. ADPF nº. 54 .....	617
8.19.8.17. Inconstitucionalidade do Art. 10 da Lei nº. 9.882/99(?) .....	617
8.19.8.18. ADPF nos Tribunais de Justiça .....	618
8.20. Controle de Constitucionalidade nos Estados .....	618
8.20.1. Noções Iniciais .....	618
8.20.2. Competência .....	618
8.20.3. Legitimidade .....	619
8.20.4. Parâmetro e Objeto .....	619

8.20.5.	Parâmetro de Controle Estadual e Questão Federal .....	619
8.20.6.	Concorrência de Parâmetros de Controle .....	620
8.20.7.	Coexistência de Jurisdições Constitucionais Estaduais e Federal (Simultaneus Processus) .....	622
8.20.8.	Ação Declaratória de Constitucionalidade no Âmbito Estadual .....	623
8.20.9.	O Controle da Omissão no Plano Estadual .....	623
8.20.10.	O Controle de Constitucionalidade no Âmbito do Distrito Federal .....	624
8.20.11.	Efeitos da Decisão .....	624
8.20.12.	Incidente de Inconstitucionalidade e Controle Direto do Direito Municipal perante o Supremo Tribunal Federal .....	624
<b>CAPÍTULO 9 – DIREITOS FUNDAMENTAIS .....</b>		<b>642</b>
9.	Direitos Fundamentais .....	642
9.1.	Teoria Geral dos Direitos Fundamentais .....	642
9.1.1.	Conceitos Iniciais .....	642
9.1.2.	Direitos Humanos e Direitos Fundamentais .....	644
9.1.3.	Afirmação Histórica .....	644
9.1.3.1.	Idade Antiga .....	645
9.1.3.2.	Idade Média .....	646
9.1.3.3.	Idade Moderna .....	646
9.1.3.4.	Idade Contemporânea .....	648
9.1.4.	Questões Terminológicas .....	649
9.1.5.	Características .....	652
9.1.6.	Teoria dos Status de Jellinek .....	658
9.1.7.	A Teoria das Gerações dos Direitos Fundamentais .....	664
9.1.8.	As Críticas à Teoria das Gerações (ou mesmo Dimensões) dos Direitos Fundamentais .....	668
9.1.9.	Teorias Fundamentadoras .....	672
9.1.10.	Norma Específica .....	673
9.1.11.	Classificações Importantes .....	675
9.1.11.1.	Quanto aos titulares .....	675
9.1.11.2.	Quanto à natureza .....	675
9.1.11.3.	Histórica ou Quanto às Gerações (ou Dimensões) .....	675
9.1.11.4.	Classificação Constitucional (Título II) .....	676
9.1.12.	Titularidade .....	676
9.1.12.1.	Estrangeiros Não Residentes têm o mesmo rol de direitos do Art. 5º da CF/88? .....	677
9.1.12.2.	Pessoas Jurídicas são titulares Direitos Fundamentais? .....	677
9.1.13.	A Dimensão Subjetiva .....	679
9.1.14.	A Dimensão Objetiva .....	681
9.1.14.1.	O surgimento da dimensão objetiva: O caso Lüth .....	681
9.1.14.2.	Da dimensão objetiva dos direitos fundamentais como uma ordem objetiva de valores ao seu papel de competência negativa .....	685
9.1.14.3.	Desdobramentos da dimensão objetiva dos direitos fundamentais .....	688
9.1.15.	A Eficácia Vinculante .....	689
9.1.15.1.	A Vinculação das Funções Estatais .....	690
9.1.15.2.	Os Deveres Estatais de Tutela (Schutzpflichten) .....	691
9.1.16.	A Eficácia Irradiante .....	693
9.1.16.1.	A Constitucionalização do Direito .....	694
9.1.16.2.	Os Direitos Fundamentais nas Relações entre Particulares .....	696

9.1.17.	Eficácia Processual .....	697
9.1.17.1.	A Objetivação de Processos de Tutela de Direitos Fundamentais .....	699
9.1.17.2.	A Abertura dos Processos Estatais de Tutela dos Direitos Fundamentais à Participação Pública .....	699
9.1.18.	A aplicação dos direitos fundamentais entre os particulares .....	700
9.1.18.1.	A teoria da aplicação indireta (Mittelbare Drittwirkung) .....	702
9.1.18.2.	A teoria da aplicação direta (Unmittelbare Drittwirkung) .....	703
9.1.18.3.	Outras Teorias .....	704
9.1.18.4.	A Aplicação Predominante no Brasil .....	707
9.1.19.	Aplicabilidade .....	708
9.1.20.	Cláusula de Abertura .....	711
9.1.20.1.	Cláusula de Abertura e o Bloco de Constitucionalidade .....	711
9.1.20.2.	Cláusula de Abertura e as Cláusulas Pétreas .....	712
9.1.21.	Âmbito de Proteção .....	714
9.1.22.	Restrições e Núcleo Essencial .....	716
9.1.23.	Colisões .....	718
9.1.24.	Hermenêutica Específica .....	720
9.2.	Direitos Fundamentais em Espécie .....	721
9.2.1.	Direitos Individuais .....	721
9.2.1.1.	Vida .....	722
9.2.1.1.1.	Vida e Pesquisa Científica .....	724
9.2.1.1.2.	Aborto .....	725
9.2.1.1.3.	Morte e Regulação pelo Estado .....	728
9.2.1.1.4.	Interrupção Humanitária da Vida (Morte Digna) .....	731
9.2.1.1.5.	Clonagem .....	732
9.2.1.2.	Direito à Liberdade .....	732
9.2.1.3.	Direito à Igualdade .....	734
9.2.1.3.1.	"Separate but Equal" ("Treatment as an Equal") .....	736
9.2.1.3.2.	Discriminação Positiva: Ações Afirmativas .....	736
9.2.1.3.2.1.	Participação Política das Mulheres .....	737
9.2.1.3.2.2.	Cotas para Pessoas com Deficiência .....	738
9.2.1.3.2.3.	Cotas Raciais .....	739
9.2.1.3.3.	Doação de Sangue por Homens Gays .....	750
9.2.1.3.4.	Identidade de Gênero não autoriza a Reforma de Militar Trans .....	752
9.2.1.3.5.	Desdobramentos do Direito à Igualdade na CF/88 .....	753
9.2.1.4.	Segurança .....	754
9.2.1.5.	Propriedade .....	755
9.2.1.5.1.	Função Social na CF/88 .....	756
9.2.1.5.2.	Desdobramentos do Direito à propriedade na CF .....	757
9.2.1.6.	Legalidade .....	761
9.2.1.7.	Vedação à Tortura .....	762
9.2.1.7.1.	Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes .....	764
9.2.1.7.2.	A Lei que define os Crimes de Tortura .....	764
9.2.1.7.3.	Desdobramentos da vedação à Tortura na CF .....	766
9.2.1.8.	Liberdade de Manifestação do Pensamento .....	768
9.2.1.9.	Liberdade de Consciência .....	771
9.2.1.10.	Intimidade e Vida Privada .....	774
9.2.1.11.	Liberdade de Profissão .....	778
9.2.1.12.	Inviolabilidade Domiciliar .....	779

9.2.1.13.	Sigilo de Correspondência e Comunicações .....	785
9.2.1.13.1.	Sigilo de Dados .....	787
9.2.1.13.2.	Sigilo das Comunicações .....	793
9.2.1.14.	Liberdade de Informação .....	796
9.2.1.15.	Liberdade de Locomoção .....	798
9.2.1.16.	Reunião .....	800
9.2.1.17.	Associação .....	801
9.2.1.18.	Defesa do Consumidor .....	805
9.2.1.19.	Petição e Certidões .....	806
9.2.1.20.	Garantias Processuais .....	807
9.2.1.21.	Garantias Penais .....	808
9.2.1.22.	Princípio da Presunção de Inocência .....	824
9.2.1.23.	Remédios Constitucionais .....	831
9.2.1.23.1.	Os Remédios Constitucionais nas Constituições Brasileiras .....	831
9.2.1.23.2.	Habeas Corpus .....	832
9.2.1.23.3.	Mandado de Segurança .....	834
9.2.1.23.3.1.	Introdução .....	834
9.2.1.23.3.2.	Cabimento .....	835
9.2.1.23.3.3.	Direito Líquido e Certo .....	835
9.2.1.23.3.4.	Ilegalidade ou Abuso de Poder .....	836
9.2.1.23.3.5.	Legitimidade Ativa e Passiva .....	836
9.2.1.23.3.6.	Competência .....	836
9.2.1.23.3.7.	Algumas Outras Observações .....	837
9.2.1.23.4.	Mandado de Segurança Coletivo .....	838
9.2.1.23.4.1.	Introdução .....	838
9.2.1.23.4.2.	Objeto .....	838
9.2.1.23.4.3.	Legitimidade .....	838
9.2.1.23.4.4.	Objetivo .....	839
9.2.1.23.5.	Mandado de Injunção .....	839
9.2.1.23.5.1.	Introdução .....	839
9.2.1.23.5.2.	Omissão Total ou Parcial. ....	840
9.2.1.23.5.3.	Legitimidade .....	840
9.2.1.23.5.3.1.	Legitimidade Ativa .....	840
9.2.1.23.5.3.2.	Legitimidade Passiva .....	841
9.2.1.23.5.4.	Competência .....	841
9.2.1.23.5.5.	Procedimento .....	841
9.2.1.23.5.6.	Efeitos da Decisão .....	842
9.2.1.23.5.7.	Especificidades do Mandado de Injunção Coletivo .....	842
9.2.1.23.6.	Habeas Data .....	843
9.2.1.23.6.1.	Introdução .....	843
9.2.1.23.6.2.	Legitimidade Ativa e Passiva. ....	843
9.2.1.23.6.3.	Procedimento .....	844
9.2.1.23.6.4.	Competência .....	844
9.2.1.24.	Proteção de Dados .....	844
9.2.2.	Direitos de Nacionalidade e Direitos Políticos .....	846
9.2.2.1.	Nacionalidade .....	846
9.2.2.1.1.	Crterios de Definição de Nacionalidade .....	848
9.2.2.1.2.	Espcies de Nacionalidade .....	848
9.2.2.2.	Naturalização .....	851
9.2.2.2.1.	Naturalização Ordinária .....	852

9.2.2.2.2.	Naturalização Extraordinária (Ou Quinzenária) .....	853
9.2.2.3.	Quase Nacionalidade .....	854
9.2.2.4.	Brasileiros Natos e Brasileiros Naturalizados .....	855
9.2.2.5.	Vedação da extradição de brasileiros natos e outros institutos do Direito Internacional que envolvem a questão da nacionalidade .....	855
9.2.2.6.	Cargos privativos de brasileiros natos e atividade nociva ao interesse nacional ..	862
9.2.2.6.1.	Conselho da República .....	863
9.2.2.6.2.	Propriedade de Empresa Jornalística .....	863
9.2.2.7.	Perda da Nacionalidade .....	863
9.2.2.8.	Direitos de Participação Política .....	864
9.2.2.9.	Direitos Políticos Positivos .....	866
9.2.2.10.	Direitos Políticos Negativos .....	868
9.2.2.11.	Suspensão, Perda e Cassação de Direitos Políticos .....	869
9.2.2.12.	Partidos Políticos e Fidelidade Partidária .....	870
9.2.3.	Direitos Sociais .....	875
9.2.3.1.	Finalidade .....	877
9.2.3.2.	Natureza .....	877
9.2.3.3.	Sujeitos (Ativo e Passivo/ Titularidade e Destinatário) .....	878
9.2.3.4.	Educação .....	879
9.2.3.5.	Saúde .....	880
9.2.3.6.	Alimentação .....	884
9.2.3.7.	Trabalho .....	885
9.2.3.8.	Moradia .....	889
9.2.3.9.	Transporte .....	889
9.2.3.10.	Lazer .....	890
9.2.3.11.	Segurança .....	890
9.2.3.12.	Previdência Social .....	891
9.2.3.13.	Proteção à Maternidade e Infância .....	892
9.2.3.14.	Assistência .....	893
9.2.3.15.	Justiciabilidade dos Direitos Sociais .....	894
9.2.3.15.1.	Reserva do Possível .....	894
9.2.3.15.2.	Mínimo Existencial .....	895
9.2.3.16.	Metodologia Fuzzy e os Camaleões Normativos .....	896

## **CAPÍTULO 10 – ORGANIZAÇÃO DO ESTADO ..... 913**

10.	Organização do Estado .....	913
10.1.	Teoria Geral da Organização do Estado .....	913
10.1.1.	Noções Iniciais sobre o Estado .....	913
10.1.2.	Elementos do Estado .....	915
10.1.2.1.	Soberania .....	916
10.1.2.2.	Território .....	917
10.1.2.3.	Povo .....	921
10.1.2.4.	Finalidade .....	921
10.1.3.	Formas de Estado .....	922
10.1.3.1.	Estado Unitário .....	922
10.1.3.2.	Estados Confederados .....	922
10.1.3.3.	Estado Federado .....	923
10.1.3.3.1.	Espécies de Federalismo .....	924
10.1.3.3.1.1.	Divisão Quanto ao Modo de Formação .....	924

10.1.3.3.1.2.	Divisão Quanto à Repartição de Competências .....	925
10.1.3.3.1.3.	Divisão Quanto ao Número de Níveis Federais .....	925
10.1.3.3.1.4.	Divisão Quanto à Finalidade da Federação .....	925
10.1.3.3.1.5.	Divisão Quanto à Igualdade de Competências dos Entes Federativos .....	926
10.1.3.3.1.6.	Federalismo de Regiões .....	927
10.1.3.3.1.7.	Fiscal .....	928
10.1.3.3.2.	Características do Federalismo .....	928
10.1.4.	O Federalismo Brasileiro .....	929
10.1.5.	Formas de Governo .....	930
10.1.5.1.	Monarquia .....	930
10.1.5.2.	República .....	931
10.1.6.	Sistemas de Governo .....	931
10.1.6.1.	Parlamentarismo .....	931
10.1.6.2.	Presidencialismo .....	932
10.1.6.3.	Semipresidencialismo .....	933
10.1.7.	Regimes de Governo .....	933
10.1.7.1.	Democracias .....	933
10.1.7.2.	Autocracias .....	934
10.2.	Princípios Fundamentais da República .....	935
10.2.1.	Soberania .....	936
10.2.3.	Cidadania .....	937
10.2.4.	Dignidade da Pessoa Humana .....	937
10.2.4.1.	Fundamentos Filosóficos da Dignidade da Pessoa Humana .....	937
10.2.4.2.	A Dignidade da Pessoa Humana na Perspectiva Jurídico-Constitucional .....	941
10.2.4.3.	A Dignidade da Pessoa Humana enquanto Princípio, Regra e Valor .....	941
10.2.4.4.	A Dignidade da Pessoa Humana e o Sistema de Direitos Fundamentais .....	942
10.2.4.5.	A Dignidade da Pessoa Humana na Jurisprudência do STF .....	943
10.2.5.	Valores Sociais do Trabalho e da Livre Iniciativa .....	945
10.2.6.	Pluralismo Político .....	946
10.2.7.	O Povo e o Parágrafo Único do Art. 1º .....	946
10.3.	Objetivos Fundamentais da República .....	947
10.4.	Princípios das Relações Internacionais da República .....	947
10.5.	Os Entes Federativos no Brasil .....	948
10.5.1.	A União Federal .....	948
10.5.1.1.	Capital Federal .....	950
10.5.1.2.	Bens da União .....	952
10.5.2.	Os Estados-Membros .....	957
10.5.2.1.	Bens dos Estados .....	960
10.5.2.2.	Formação dos Estados-Membros .....	960
10.5.2.3.	Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões .....	965
10.5.3.	Os Municípios .....	967
10.5.3.1.	Estrutura Política dos Municípios .....	967
10.5.3.2.	Estrutura e Custos do Legislativo Municipal .....	970
10.5.3.3.	Garantias Constitucionais de Prefeitos e Vereadores .....	975
10.5.3.4.	Formação dos Municípios .....	978
10.5.3.5.	Municípios Putativos .....	979
10.5.4.	O Distrito Federal .....	981
10.5.5.	Os Territórios Federais .....	983

10.5.6. Aspectos Finais sobre os Entes Federativos .....	985
10.6. Competências Constitucionais .....	986
10.6.1. Noções Iniciais sobre Competências .....	986
10.6.2. Técnicas de Repartição de Competências .....	987
10.6.3. Repartição de Competências nas Constituições Brasileiras .....	987
10.6.4. Princípio Reitor da Repartição de Competências .....	988
10.6.5. Classificações das Competências na Constituição Federal de 1988 .....	988
10.6.5.1. Quanto ao Objeto das Competências .....	988
10.6.5.2. Quanto à Distribuição das Competências .....	988
10.6.5.3. Quanto à Forma das Competências .....	989
10.6.6. Sistema de Repartição de Competências na Constituição Federal de 1988 .....	990
10.6.6.1. Competência Material da União .....	990
10.6.6.2. Competência Legislativa Privativa da União .....	995
10.6.6.3. Competência Material Comum da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios .....	1000
10.6.6.4. Competência Legislativa Concorrente da União e dos Estados ou do Distrito Federal .....	1001
10.6.6.5. Competência Reservadas aos Estados-Membros .....	1005
10.6.6.6. Competências dos Municípios .....	1005
10.6.6.7. Competências dos Distrito Federal .....	1008
10.7. Intervenção Federal .....	1008
10.7.1. Introdução .....	1008
10.7.2. Hipóteses de Intervenção Federal .....	1009
10.7.3. Decreto Interventivo .....	1012
10.7.4. Controles da Intervenção Federal .....	1013
10.8. Intervenção Estadual .....	1016
<b>CAPÍTULO 11 - DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS .....</b>	<b>1030</b>
11. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas .....	1030
11.1. Introdução .....	1030
11.2. Estado de Defesa .....	1032
11.3. Estado de Sítio .....	1034
11.4. Disposições Gerais .....	1038
<b>CAPÍTULO 12 - FORÇAS ARMADAS E SEGURANÇA PÚBLICA .....</b>	<b>1041</b>
12. Forças Armadas e Segurança Pública .....	1041
12.1. Considerações Constitucionais sobre as Forças Armadas .....	1041
12.2. Considerações Constitucionais sobre a Segurança Pública .....	1045
12.2.1. Polícias da União .....	1046
12.2.2. Polícias dos Estados .....	1047
12.2.3. Polícia do Distrito Federal .....	1048
12.2.4. Polícia dos Municípios .....	1049
12.2.5. Segurança Viária .....	1051
12.2.6. Responsabilização Estatal por Atos Policiais em Manifestações Populares .....	1051
<b>CAPÍTULO 13 - ORGANIZAÇÃO DOS PODERES NO ESTADO .....</b>	<b>1054</b>
13. Organização dos Poderes no Estado .....	1054
13.1. Teoria Geral .....	1054

13.1.1.	Teorias sobre o Tema .....	1054
13.1.2.	Separação de Poderes, Liberdade Humana, Checks and Balances e a Impropriedade da Expressão .....	1057
13.1.3.	O Conteúdo Básico das Funções do Estado .....	1059
13.1.4.	Inter-Relação entre os Poderes .....	1059
13.2.	Poder Legislativo .....	1060
13.2.1.	Funções Gerais do Poder Legislativo .....	1062
13.2.2.	Estrutura do Poder Legislativo Federal .....	1062
13.2.2.1.	Congresso Nacional .....	1062
13.2.2.2.	Câmara dos Deputados .....	1067
13.2.2.3.	Senado Federal .....	1070
13.2.2.4.	Mesas Diretoras .....	1073
13.2.2.5.	Comissões .....	1076
13.2.3.	Comissões Parlamentares de Inquérito .....	1077
13.2.3.1.	Requisitos para criação de uma CPI .....	1078
13.2.3.2.	Poderes das CPIs .....	1080
13.2.3.3.	Limites dos Poderes das CPIs .....	1081
13.2.3.4.	Provas Colhidas nas CPIs .....	1086
13.2.3.5.	Controle Jurisdicional dos atos das CPIs .....	1086
13.2.3.6.	Limitação do Número de CPIs .....	1088
13.2.3.7.	CPI Estadual .....	1089
13.2.3.8.	CPI Municipal .....	1089
13.2.4.	Funcionamento do Poder Legislativo .....	1090
13.2.5.	Estatuto dos Congressistas .....	1093
13.2.5.1.	Imunidades Parlamentares .....	1094
13.2.5.1.1.	Imunidades Materiais .....	1094
13.2.5.1.2.	Imunidades Formais .....	1099
13.2.5.1.3.	Imunidades dos Deputados Estaduais e Vereadores .....	1111
13.2.5.2.	Incompatibilidades e Impedimentos dos Parlamentares .....	1114
13.2.5.3.	Perda do Mandato Parlamentar .....	1115
13.2.6.	Fiscalização dos Tribunais de Contas .....	1122
13.3.	Processo Legislativo .....	1131
13.3.1.	Introdução, Fundamento Teórico e Deferência ao Legislativo .....	1131
13.3.2.	Espécies Legislativas .....	1134
13.3.2.1.	Natureza do Rol de Espécies Legislativas .....	1134
13.3.2.2.	A Questão da Hierarquia entre as Espécies Legislativas .....	1137
13.3.3.	Descumprimento do Processo Legislativo e suas Consequências .....	1141
13.3.4.	Classificações do Processo Legislativo .....	1142
13.3.5.	Processo Legislativo Ordinário .....	1143
13.3.5.1.	Fase Introdutória/de Iniciativa .....	1143
13.3.5.1.1.	Iniciativa Popular .....	1145
13.3.5.1.2.	Iniciativa Privativa do Chefe do Executivo .....	1147
13.3.5.1.3.	Iniciativa em Matéria Tributária .....	1150
13.3.5.1.4.	Iniciativa dos Tribunais do Poder Judiciário .....	1150
13.3.5.1.5.	Iniciativa da Lei de Organização do Ministério Público .....	1151
13.3.5.1.6.	Iniciativa da Lei de Organização da Defensoria Pública .....	1151
13.3.5.1.7.	Iniciativa da Lei de Organização dos Tribunais de Contas .....	1152
13.3.5.1.8.	Iniciativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal .....	1152
13.3.5.1.9.	Considerações sobre as Iniciativas Legislativas .....	1154

13.3.5.2.	Fase Constitutiva .....	1156
13.3.5.3.	Fase Complementar .....	1163
13.3.6.	Procedimento Legislativo Sumário .....	1164
13.3.7.	Lei Ordinária .....	1166
13.3.8.	Procedimentos Legislativos Especiais .....	1166
13.3.8.1.	Leis Complementares .....	1166
13.3.8.2.	Emendas Constitucionais .....	1168
13.3.8.3.	Medidas Provisórias .....	1171
13.3.8.4.	Leis Delegadas .....	1182
13.3.8.5.	Decretos Legislativos e Resoluções .....	1185
13.3.8.6.	Tratados Internacionais .....	1186
13.3.9.	Processo Legislativo nos Estados-Membros .....	1196
13.4.	Poder Executivo .....	1196
13.4.1.	Introdução .....	1196
13.4.2.	Investidura e Posse .....	1197
13.4.3.	Sucessão e Substituição .....	1198
13.4.4.	Atribuições do Presidente da República .....	1201
13.4.4.1.	Funções de Direção Geral da Administração Pública Federal .....	1202
13.4.4.2.	Funções Relacionadas ao Processo Legislativo .....	1205
13.4.4.3.	Funções Relacionadas à Representação do Estado .....	1207
13.4.4.4.	Funções Relacionadas à Segurança Interna, Externa e Defesa da Ordem Institucional .....	1208
13.4.4.5.	Funções Relacionadas ao Balanceamento das Ações do Poder Judiciário .....	1209
13.4.4.6.	Funções Relacionadas ao Balanceamento Geral dos Poderes da República .....	1216
13.4.4.7.	Dever de Prestação de Contas .....	1217
13.4.5.	Responsabilidade do Presidente da República .....	1217
13.4.5.1.	Responsabilidade do Presidente por Crimes de Responsabilidade .....	1220
13.4.5.2.	Responsabilidade do Governador de Estado por Crimes de Responsabilidade ..	1229
13.4.5.3.	Responsabilidade do Presidente por Crimes Comuns .....	1232
13.4.6.	Os Ministros de Estado .....	1233
13.4.7.	Conselho da República e Conselho da Defesa .....	1234
13.5.	Poder Judiciário .....	1237
13.5.1.	Noções Iniciais .....	1237
13.5.2.	Órgãos do Poder Judiciário .....	1238
13.5.3.	Garantias do Poder Judiciário .....	1240
13.5.3.1.	Garantias Institucionais .....	1240
13.5.3.2.	Garantias Funcionais .....	1243
13.5.4.	Estatuto da Magistratura .....	1246
13.5.5.	Foro por Prerrogativa de Função .....	1264
13.5.6.	Quinto Constitucional .....	1265
13.5.7.	Supremo Tribunal Federal .....	1268
13.5.7.1.	Competências do STF .....	1269
13.5.7.2.	Súmulas Vinculantes .....	1278
13.5.8.	Conselho Nacional de Justiça .....	1279
13.5.8.1.	Competências do CNJ .....	1283
13.5.8.2.	Competência para Julgar Ações contra o CNJ .....	1287
13.5.9.	Superior Tribunal de Justiça .....	1287
13.5.9.1.	Competências Originárias do STJ .....	1289
13.5.9.2.	Competências Recursais do STJ .....	1291

13.5.9.3. Incidente de Deslocamento de Competência (IDC) .....	1296
13.5.10. Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Varas do Trabalho .....	1302
13.5.10.1. Tribunal Superior do Trabalho (TST) .....	1302
13.5.10.2. Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) .....	1304
13.5.10.3. Varas do Trabalho .....	1305
13.5.11. Tribunais e Varas Eleitorais .....	1308
13.5.11.1. Tribunal Superior Eleitoral .....	1309
13.5.11.2. Tribunais Regionais Eleitorais .....	1310
13.5.11.3. Varas Eleitorais e Juntas Eleitorais .....	1311
13.5.12. Tribunais Militares e Justiça Militar de 1º Grau .....	1312
13.5.12.1. Superior Tribunal Militar (STM) .....	1312
13.5.12.2. Justiça Militar da União .....	1313
13.5.12.3. Justiça Militar dos Estados .....	1317
13.5.12.4. Crimes Dolosos contra a Vida .....	1319
13.5.13. Tribunais Regionais Federais e Varas Federais .....	1321
13.5.13.1. Tribunais Regionais Federais .....	1321
13.5.13.2. Justiça Federal de 1º Grau .....	1323
13.5.14. Tribunais e Primeira Instância dos Estados .....	1327
13.6. Funções Essenciais à Justiça .....	1328
13.6.1. Introdução .....	1328
13.6.2. Ministério Público .....	1329
13.6.2.1. História do Ministério Público .....	1329
13.6.2.2. Ingresso na Carreira do Ministério Público .....	1330
13.6.2.3. Organização e Estrutura do Ministério Público .....	1331
13.6.2.4. Princípios Institucionais do Ministério Público .....	1335
13.6.2.5. Garantias Institucionais do Ministério Público .....	1336
13.6.2.6. Garantias Funcionais dos Membros do Ministério Público .....	1338
13.6.2.7. Vedações Constitucionais para Integrantes do Ministério Público .....	1339
13.6.2.8. Funções Institucionais do Ministério Público .....	1341
13.6.2.9. Conselho Nacional do Ministério Público .....	1346
13.6.3. Advocacia Pública .....	1349
13.6.4. Advocacia Privada .....	1356
13.6.5. Defensoria Pública .....	1358
13.6.5.1. Defensoria Pública e Acesso à Justiça .....	1358
13.6.5.2. A Defensoria Pública como Direito Fundamental: dimensões, garantia institucional e cláusula pétreia .....	1364
13.6.5.3. Modelos da Prestação de Assistência Jurídica e a Defensoria Pública .....	1368
13.6.5.4. História da Defensoria Pública no Brasil .....	1369
13.6.5.5. A Defesa de Pessoas Vulneráveis e Hipervulneráveis .....	1370
13.6.5.6. Organização e Estrutura da Defensoria Pública .....	1373
13.6.5.7. Princípios Institucionais da Defensoria Pública .....	1381
13.6.5.8. Garantias Institucionais da Defensoria Pública .....	1384
13.6.5.9. Garantias Funcionais dos Membros da Defensoria Pública .....	1393
13.6.5.10. Ingresso e Atuação .....	1394
13.6.5.11. Legitimidade da Defensoria Pública para o ajuizamento da Ação Civil Pública ..	1397
13.6.5.12. Defensoria Pública como <b>Custos Vulnerabilis</b> e como <b>Amicus Curiae</b> .....	<b>1398</b>
13.6.5.13. Regime Jurídico Paritário entre a Magistratura, o Ministério Público e a Defensoria Pública .....	1404
13.6.5.14. Defensor(a) Público(a) e o Exercício de Atividade Político-Partidária .....	1410

13.6.5.15. Defensoria Pública e Súmulas Vinculantes .....	1410
13.6.5.16. Princípio do Defensor Natural .....	1411
13.6.5.17. Poder de Requisição da Defensoria Pública .....	1411
13.6.5.18. Implantação da Defensoria Pública em todas as Unidades Jurisdicionais do Brasil .....	1413
13.6.5.19. Defensoria Pública e Patrocínio de Ação Penal .....	1414
<b>CAPÍTULO 14 – SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL .....</b>	<b>1432</b>
14. Sistema Tributário Nacional .....	1432
14.1. Noções Iniciais e Conceito de Tributo .....	1432
14.2. Espécies Tributárias .....	1434
14.2.1. Imposto .....	1434
14.2.2. Taxa .....	1434
14.2.3. Contribuições de Melhoria .....	1435
14.2.4. Empréstimos Compulsórios .....	1436
14.2.5. Contribuições Especiais .....	1437
14.3. Nota Introdutória à Reforma Tributária: Emenda Constitucional nº. 132 de 2023 .....	1445
14.4. Limitações ao Poder de Tributar .....	1449
14.4.1. Princípios Constitucionais da Tributação .....	1450
14.4.1.1. Princípio da Legalidade .....	1450
14.4.1.2. Princípio da Isonomia .....	1454
14.4.1.3. Princípio da Não Surpresa .....	1456
14.4.1.3.1. Princípio da Irretroatividade .....	1457
14.4.1.3.2. Princípio da Anterioridade do Exercício Financeiro .....	1458
14.4.1.3.3. Princípio da Anterioridade Nonagesimal ou Noventena .....	1461
14.4.1.4. Princípio da Vedação ao Confisco .....	1463
14.4.1.5. Princípio da Liberdade de Tráfego .....	1464
14.4.1.6. Princípio da Uniformidade Geográfica .....	1466
14.4.1.7. Princípio da Uniformidade da Tributação da Renda .....	1466
14.4.1.8. Princípio da Proibição das Isenções Heterônomas .....	1467
14.4.1.9. Princípio da Não Discriminação Baseada em Procedência ou Destino .....	1468
14.4.1.10. Princípios da Simplicidade, da Transparência, da Justiça Tributária, da Cooperação e da Defesa do Meio Ambiente .....	1469
14.4.1.11. Princípio da Atenuação dos Efeitos Regressivos .....	1470
14.4.2. Imunidades Tributárias .....	1471
14.4.2.1. Imunidade Tributária Recíproca .....	1472
14.4.2.2. Imunidade Tributária Religiosa .....	1474
14.4.2.3. Imunidade dos Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Educacionais e Assistenciais Sem Fins Lucrativos .....	1476
14.4.2.4. Imunidade Tributária Cultural .....	1478
14.4.2.5. Imunidade Tributária Musical .....	1479
14.4.2.6. Imunidades do IPVA .....	1480
14.5. Exigência de Lei Específica para Concessão de Benefícios Fiscais .....	1482
14.6. Impostos em Espécie .....	1483
14.6.1. Impostos da União .....	1483
14.6.1.1. Impostos Federais em Espécie .....	1483
14.6.1.2. Competência Residual da União para Instituição de Novos Impostos .....	1489
14.6.1.3. Impostos Extraordinários em Caso de Guerra .....	1489
14.6.2. Impostos dos Estados .....	1490

14.6.3. Impostos dos Municípios .....	1492
14.7. IVA-Dual .....	1497
14.7.1. Noções Gerais .....	1497
14.7.2. Identidade Estrutural entre IBS e CBS .....	1497
14.7.3. Princípio da Neutralidade .....	1498
14.7.4. Características Comuns ao IBS e ao CBS .....	1499
14.7.4.1. Amplitude Conceitual da Expressão “Bens e Serviços” .....	1499
14.7.4.2. Incidência nas Importações .....	1499
14.7.4.3. Imunidade nas Exportações .....	1500
14.7.4.4. Legislação Nacional Única e Regime de Alíquotas .....	1500
14.7.4.5. Princípio da Não Cumulatividade .....	1500
14.7.4.6. Sistema de Crédito Financeiro .....	1501
14.7.4.7. Cálculo por Fora .....	1501
14.7.4.8. Restrição à Concessão de Benefícios Fiscais .....	1502
14.7.4.9. Regimes Específicos de Tributação .....	1502
14.7.5. Comitê Gestor do IBS .....	1503
14.8. Repartição de Receitas Tributárias .....	1505
14.8.1. Noções Gerais .....	1505
14.8.2. Espécies de Repartição .....	1506
14.8.3. Tributos cujas Receitas estão sujeitas à Repartição .....	1506
14.8.4. Casos de Repartição de Receitas Previstos na Constituição .....	1506
<b>CAPÍTULO 15 – ORDEM FINANCEIRA .....</b>	<b>1514</b>
15. Finanças Públicas .....	1514
15.1. Normas Gerais .....	1514
15.2. Orçamento Público .....	1517
15.2.1. Princípios Orçamentários .....	1517
15.2.2. Leis Orçamentárias .....	1523
15.2.3. Vedações Orçamentárias .....	1530
15.2.4. Despesas com Pessoal .....	1532
15.2.5. Regime Extraordinário Fiscal para cenários de Calamidade .....	1537
15.2.6. Processo Legislativo Orçamentário .....	1539
15.2.7. Orçamento Impositivo .....	1543
15.2.8. Regime Fiscal Sustentável ou Novo Arcabouço Fiscal .....	1553
15.2.9. Regime Constitucional dos Precatórios .....	1554
15.2.9.1. Das Categorias de Precatórios e da Ordem de Preferência .....	1555
15.2.9.2. Da Inclusão Orçamentária e do Prazo de Pagamento .....	1555
15.2.9.3. Da Atualização Monetária e dos Juros .....	1556
15.2.9.4. Do Sequestro e das Garantias ao Credor .....	1556
15.2.9.5. Da Compensação com Débitos do Credor e da Cessão de Precatórios .....	1557
15.2.9.6. Do Novo Sistema de Tetos para Estados, Distrito Federal e Municípios (EC nº. 136/2025) .....	1559
15.2.9.7. Das Consequências pelo Descumprimento dos Limites .....	1560
15.2.9.8. Da Amortização de Dívidas com Precatórios .....	1560
15.2.10. Limites à Concessão de Subsídios e Benefícios Financeiros (Emenda Constitucional nº. 135 de 2024) .....	1561
15.2.11. Precatórios Federais e Novo Regime Fiscal: Exclusão do Limite de Despesas e Incorporação Gradual à Meta de Resultado Primário (Emenda Constitucional nº. 136 de 2025) .....	1562

<b>CAPÍTULO 16 - ORDEM ECONÔMICA .....</b>	<b>1567</b>
16. Ordem Econômica e Financeira .....	1567
16.1. Estado e Economia .....	1567
16.1.1. Estado Mercantilista .....	1567
16.1.2. Estado Liberal .....	1567
16.1.3. Estado Social .....	1569
16.1.4. Estado Social e Democrático .....	1574
16.1.5. Estado Neoliberal .....	1575
16.2. Ordem Econômica na Constituição (ou Constituição Econômica) .....	1577
16.2.1. Intervenção Direta do Estado na Economia .....	1578
16.2.2. Intervenção Indireta do Estado na Economia .....	1580
16.2.3. Intervenção Monopolista do Estado na Economia .....	1581
16.3. Princípios da Ordem Econômica .....	1582
16.4. Exploração de Recursos Minerais e de Potenciais de Energia Hidráulica .....	1589
16.5. Ordenação dos Transportes, Incentivo ao Turismo e Requisição de Documentos .....	1590
16.6. Política Urbana .....	1591
16.6.1. Instrumentos de Intervenção na Propriedade Urbana .....	1592
16.6.2. Usucapião Constitucional de Imóvel Urbano .....	1595
16.7. Política Agrícola, Fundiária e a Reforma Agrária .....	1598
16.7.1. Política Agrícola .....	1598
16.7.2. Política Fundiária .....	1599
16.7.3. Usucapião Constitucional Rural .....	1600
16.7.4. Reforma Agrária .....	1600
16.8. Sistema Financeiro Nacional .....	1604
 <b>CAPÍTULO 17 - ORDEM SOCIAL .....</b>	 <b>1608</b>
17. Ordem Social .....	1608
17.1. Noções Iniciais .....	1608
17.2. Justiça Social .....	1608
17.3. O Estado de Bem-Estar Social .....	1610
17.4. Bases da Ordem Social e Políticas Públicas .....	1610
17.5. A Seguridade Social .....	1611
17.5.1. Riscos Sociais .....	1611
17.5.2. Princípios da Seguridade Social .....	1612
17.5.3. Financiamento da Seguridade Social .....	1613
17.5.4. Saúde .....	1617
17.5.4.1. Introdução à Saúde na Constituição Federal de 1988 .....	1617
17.5.4.2. Serviços de Saúde .....	1621
17.5.4.3. Princípios da Saúde na CF/88 .....	1622
17.5.4.4. Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias .....	1624
17.5.4.5. Piso Salarial Profissional Nacional para a Enfermagem .....	1626
17.5.4.6. Saúde e Iniciativa Privada .....	1628
17.5.4.7. Competências do Sistema Único de Saúde (SUS) .....	1629
17.5.4.8. Tratamento da Saúde durante a Pandemia de Covid-19 .....	1630
17.5.4.9. Vacinação Obrigatória .....	1631
17.5.5. Previdência Social .....	1632
17.5.5.1. Benefícios .....	1633
17.5.5.2. Regime de Previdência Privada .....	1641

17.5.6. Assistência Social .....	1642
17.6. Educação .....	1646
17.6.1. Princípios Constitucionais do Ensino .....	1647
17.6.2. Regime Jurídico das Universidades .....	1648
17.6.3. Efetivação do Dever do Estado com a Educação .....	1650
17.6.4. A Educação Privada .....	1652
17.6.5. Conteúdos Mínimos para o Ensino Fundamental .....	1653
17.6.6. Competência dos Entes Federativos em Matéria de Educação .....	1653
17.6.7. Recursos para a Educação .....	1655
17.6.8. Fundeb e Valorização dos Profissionais da Educação .....	1656
17.6.9. Plano Decenal Educacional .....	1659
17.6.10. Casuística do STF em Matéria de Educação .....	1660
17.7. Cultura .....	1661
17.7.1. Fundamentos Constitucionais da Cultura .....	1661
17.7.2. Bens Culturais .....	1662
17.7.3. Sistema Constitucional da Cultura .....	1663
17.8. Desporto .....	1667
17.9. Ciência, Tecnologia e Inovação .....	1670
17.10. Comunicação Social .....	1673
17.11. Meio Ambiente .....	1680
17.11.1. Noções Iniciais .....	1680
17.11.2. Princípios Constitucionais Ambientais .....	1682
17.11.3. Jurisprudência do STF em Aspectos Gerais de Matéria Ambiental .....	1685
17.11.4. Atuação do Poder Público em Matéria Ambiental .....	1688
17.11.5. Dever de Recuperar o Meio Ambiente Degradado por Exploração Mineral .....	1694
17.11.6. A Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica por Dano Ambiental .....	1694
17.11.7. Áreas Protegidas e Patrimônio Nacional .....	1695
17.11.8. Disposições Finais em Matéria Ambiental .....	1696
17.12. Família, Criança, Adolescente, Jovem e Idoso .....	1696
17.13. Indígenas .....	1705
17.13.1. A Teoria Adotada pelo STF na Demarcação de Terras Indígenas .....	1706
17.13.2. Indenização para Estado-Membro por Desapropriação Indireta em Virtude de Demarcação de Terras Indígenas .....	1709
17.13.3. Condicionantes da Demarcação de Terras Indígenas no Caso Raposa Serra do Sol ....	1710
17.13.4. Dever de Proteção de Terras Indígenas mesmo que Não Demarcadas .....	1712
17.13.5. Demais Aspectos Constitucionais .....	1712
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>1716</b>